

ECOVILA RURAL PARQUE ATLÂNTICO: QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Autor(res)

Giselle Marques
Sandra Da Silva Marqueti
Vicente Mota De Souza Lima

Categoria do Trabalho

Extensão

Instituição

ESTÁCIO CAMPO GRANDE – MATRIZ

Introdução

As mudanças climáticas intensificam extremos de temperatura e estiagens, ampliando desconforto térmico, poeira e risco de queimadas, sobretudo em áreas com baixa arborização e solo exposto. Soluções baseadas na natureza, como arborização planejada e infraestrutura verde, são medidas custo-efetivas para reduzir ilhas de calor, melhorar a qualidade do ar e fortalecer a resiliência comunitária. No Parque Atlântico, a ocupação dispersa e vias sem sombreamento aumentam a exposição solar, reduzem a umidade local e favorecem material particulado. Problema: como um arranjo comunitário de qualificação ambiental pode orientar a implantação gradual de arborização viária e espaços sombreados, em compatibilidade com o Cerrado e a governança local? Objetivo: propor e sistematizar um modelo comunitário de qualificação ambiental com foco em arborização viária, manejo do solo, implementação participativa e indicadores de monitoramento ambiental e social.

Objetivo

Objetivo geral: propor um modelo comunitário de qualificação ambiental para o Parque Atlântico, com foco em arborização viária, manejo do solo e qualificação ecológica. Específicos: diagnosticar vulnerabilidade climática viária; definir critérios para espécies nativas/adaptadas; descrever implementação participativa por etapas e parcerias; criar indicadores de monitoramento ambiental e social.

Material e Métodos

A metodologia é qualitativa, com componentes técnico-operacionais. Realizou-se levantamento territorial de pontos críticos (maior insolação, poeira e ausência de arborização), com observações de campo, fotos e relatos de moradores. Em seguida, fez-se revisão bibliográfica sobre arborização, infraestrutura verde, ecovilas regenerativas e diretrizes de plantio no Cerrado. Para a implantação, definiram-se parâmetros mínimos: espaçamento de 5 a 8 m (conforme porte), priorização de espécies nativas e frutíferas não invasoras, proteção contra formigas/herbivoria e preparo de berços com adubação orgânica. A estratégia é incremental, por mutirões trimestrais, iniciando em eixos de maior uso comunitário até formar corredor sombreado contínuo (túnel verde). A governança é participativa, com coordenação da associação local e parcerias institucionais para doação de mudas, capacitação e apoio técnico.

Resultados e Discussão



O diagnóstico inicial indica maior vulnerabilidade climática no sistema viário, com insolação direta, aumento da temperatura de superfície e redução do conforto térmico, afetando deslocamentos e permanência. A poeira, agravada por solo exposto e tráfego, gera incômodos relatados por moradores. Em períodos secos, baixa umidade e material combustível elevam o risco de queimadas. A arborização viária estruturada é prioritária por reduzir carga térmica, melhorar o microclima, reter poeira e ampliar a conectividade ecológica do Cerrado, especialmente integrada a praça ecológica. Como resultados esperados, propõem-se indicadores de baixo custo: medições comparativas de temperatura, checklist de sobrevivência das mudas, registro fotográfico padronizado e questionário semestral sobre conforto térmico, poeira e uso dos espaços. O modelo comunitário é discutido como tecnologia social de adaptação climática, com potencial de fortalecer identidade territorial e cooperação.

Conclusão

A proposta organiza um caminho viável de adaptação climática baseada na natureza no Parque Atlântico, articulando critérios técnicos, implementação por etapas e governança participativa. O foco na arborização viária e na qualificação ecológica responde à insolação, poeira e risco de queimadas. Como contribuição, sistematiza um modelo replicável para territórios periurbanos, com indicadores simples, parcerias (ODS 17) e alinhamento aos ODS 11, 13 e 15.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.
DAWSON, Jonathan. Ecovillages: New Frontiers for Sustainability. Totnes: Green Books, 2006.
EMBRAPA. Solos do Cerrado: tecnologias e estratégias de manejo. Brasília: Embrapa, 2006.
GEN – Global Ecovillage Network. Ecovillage Design Education (EDE) Curriculum. 2014.
LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002.
OKE, T. R. Boundary Layer Climates. 2. ed. London: Routledge, 1987.
UN-Habitat. Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2010.